



A Democracia em questão: com a fala, as mulheres militantes de esquerda durante a ditadura militar nos anos de 1964 a 1985

The Democracy in question: with the speech, the left-wing women activist during the military dictatorship in the years of 1964 until 1985

La Democracia en cuestión: con la palabra, las mujeres militantes de izquierda durante la dictadura militar en los años del 1964 al 1985

Mateus Gamba Torres¹
Eloísa Pereira Barroso¹

¹Departamento de História da Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil.

Resumo

Este artigo, através da História Oral, busca estabelecer uma análise das representações das mulheres militantes de esquerda sobre a democracia como direito humano após o golpe militar de 1964. A intenção é fazer reverberar, através de suas vozes, como foram configuradas e reconfiguradas as experiências vividas como militantes de esquerda em um regime ditatorial. Procurar-se-á aqui debater, a partir de suas narrativas, como essas mulheres perceberam e percebem a democracia como parte constitutiva dos direitos humanos pela qual lutaram nas organizações de esquerda. Para tanto, foram abordadas algumas perspectivas de democracia que, como demonstram as narradoras por meio de seus depoimentos, fizeram parte da trajetória de cada uma delas.

Palavras-chave: Mulheres. Ditadura. Democracia. História Oral.

Abstract

This article, by means of Oral History, seeks to establish an analysis of representations of left-wing women activists about Democracy as a human right after the Military Coup of 1964. The intention is to make reverberate through their voices, how their experiences were configured and reconfigured as left-wing militants in a dictatorial regime. We want to discuss here, from their narratives, how these women realized and realize democracy as part of the Human Rights for which they fought in the leftist organizations. To this end, we discussed some perspectives of Democracy that, as demonstrated by the narrators through their statements, were part of the trajectory of each one of them.

Keywords: Women. Dictatorship. Democracy. Oral History.

Resumen

Este artículo, mediante la Historia Oral, busca establecer un análisis de las representaciones de las mujeres activistas de izquierda acerca de la Democracia como un derecho humano después del Golpe Militar de 1964. La intención es hacer reverberar a través de sus voces, cómo se han configurado y reconfigurado las experiencias vividas como militantes de izquierda en un régimen dictatorial. Aquí se debatirá, a partir de sus narraciones, como estas mujeres vieron y ven la Democracia como parte de los Derechos Humanos por la cual lucharan en las organizaciones de izquierda. Para eso, son discutidas algunas perspectivas de Democracia que, como lo demuestran las narradoras a través de sus declaraciones, fueron parte de la trayectoria de cada una de ellas.

Palabras-clave: Mujeres. Dictadura. Democracia. Historia Oral.



Introdução

A república brasileira tem uma história marcada por ameaças frequentes às instituições democráticas. Após o Estado Novo e até 1964, o fantasma do golpe à democracia rondou o exercício da política no Brasil. A partir dos anos 1960, com a ascensão de Goulart ao poder logo após a renúncia de Jânio Quadros, o atentado às instituições políticas irrompeu com mais força. A primeira demonstração do ataque a elas se apresentou com a condição imposta pelos militares para que João Goulart assumisse a presidência: a Emenda Parlamentarista. Conforme Marcos Napolitano,

João Goulart foi empossado por um golpe de Estado civil, para evitar outro, militar. Podemos celebrar as virtudes conciliadoras do arranjo político que instituiu o parlamentarismo em setembro de 1961, depois da confusão causada pela renúncia de Jânio Quadros. O fato de não ter acontecido uma guerra civil de proporções consideráveis não deixa de ser um mérito da engenharia política brasileira. Mas não se pode negar o caráter golpista do parlamentarismo, apelidado de “golpe branco” pelos setores mais à esquerda (NAPOLITANO, 2014, p. 35).

O Congresso Nacional, diante da condição imposta pela junta militar, alterou a Constituição de 1946 e cedeu à pressão. Jango iniciou seu governo sob a égide do parlamentarismo, que só seria revertido no ano de 1963 com o apoio de diversos setores da sociedade civil, dentre os quais empresários, políticos nacionalistas e conservadores. No período de 1961 a 1964, a crise política brasileira alcançaria momentos intensos e significativos.

Durante o governo João Goulart, é possível perceber a ascensão de um contexto político-social marcado por crises de toda ordem: econômico-financeira; política-institucional; sistema político partidário. Aliado a essas crises, o movimento estudantil, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e seus Centros Populares de Cultura (CPCs), propõe um programa de mobilização política das classes populares com o intuito de ampliar o movimento sindical operário e construir a consciência de classe através da politização dos trabalhadores do campo; há um recrudescimento na organização política dos setores militares e empresariais contrários ao governo, o que impunha uma tensão constante nos rumos da experiência democrática brasileira (NAPOLITANO, 2014).

Esse estado de crise econômico-financeira caracterizado por graves tensões sociais gerou orientações conflitantes e antagônicas na condução do governo. A instabilidade que deu origem ao movimento civil-militar de 1964 findou com o governo de Jango. A ditadura militar, implementada naquele momento, institucionalizada pelo Congresso Nacional ao declarar vaga a presidência da República mesmo com João Goulart ainda no Brasil, representou um golpe contra as reformas sociais defendidas por amplos setores da sociedade brasileira e também um golpe contra a incipiente democracia política burguesa, que passou os anos da década de 1950 tentando engendrar os mais distintos significados a partir de uma intensa participação popular, nos sindicatos da cidade e do campo, nos partidos políticos, nos movimentos sociais e nas disputas na arena política entre os conservadores e os movimentos de esquerda.

Diante desse cenário, este artigo busca estabelecer uma articulação de múltiplas temáticas e diferentes temporalidades. A partir da análise historiográfica sobre a perspectiva que vigorava nas instituições da esquerda revolucionária sobre democracia como um direito humano em contraponto ao estado ditatorial, serão entrecruzadas fontes orais, pressupostos teóricos e contextos históricos em diferentes momentos com vistas à construção de um outro olhar da história a partir de narrativas de mulheres que participaram como militantes políticas e guerrilheiras no período da ditadura militar. Há que se considerar, no processo de análise dos depoimentos, o que é denominado como democracia na atualidade quando a palavra emerge nos discursos orais produzidos, pois é preciso estar atento às nuances que a palavra assume nos depoimentos no tempo de agora, entrecruzada com o período de resistência das mulheres, seja na luta armada, seja na resistência edificada em outras organizações de esquerda.

Essa opção metodológica da história oral deve-se ao entendimento de que a escrita da história acontece a partir do uso de diferentes ferramentas teórico-metodológicas articuladas de maneira a permitir uma construção epistemológica do lugar de fala do historiador para que se possa analisar criticamente os contextos, as experiências e os horizontes de projeção do conhecimento histórico nos discursos aqui selecionados. Incluir a linguagem histórica em sua dimensão performativa permite o exercício de metáforas temporalizadas e/ou contextualizadas nas representações da história, o que auxilia na compreensão

dos efeitos da supressão da democracia na esfera dos direitos durante a ditadura militar brasileira.

Entende-se que a compreensão de uma determinada época, a partir da história oral, possibilita ampliar os processos de análise, na pesquisa histórica, referentes ao estado ditatorial brasileiro. No que diz respeito à ditadura, é possível, nos discursos orais, compreender as tensões sociais, os medos, os prazeres, enfim, as fantasias experienciadas pelas narradoras, que engendraram e engendram novos significados às suas existências.

Neste esforço de análise dos depoimentos a serem tratados aqui, há que se considerar que a construção de uma narrativa histórica por parte dos depoentes é resultado do empenho na elaboração que o entrevistado faz de sua trajetória de vida, na qual articula o tempo presente com o tempo de outrora via memória. Nessa articulação, o narrador se coloca dentro da sua história a partir de um ato reflexivo construído no meio de um espaço discursivo no qual, ao mesmo tempo em que descreve, revela o desejo de interpretar suas experiências, tanto das que foram vividas, quanto as que poderiam ter sido vividas. No ato da fala, “ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser” (THOMSON, 1997, p. 53).

A memória, a partir dos testemunhos de quem viveu a ditadura, surge como a possibilidade de não se delegar ao campo do esquecimento essa experiência dolorosa pelas quais passaram aqueles que viveram o período de 1964 a 1985. Há que se refletir que a memória ressignifica a experiência, reinventa o passado, e não simplesmente o reflete. É preciso atentar que o processo de rememoração implica sempre recortes, abstrações, seleção, esquecimento e revisão. Portanto, a memória não é reprodução do passado, mas uma reconstrução baseada nas ações e percepções desse passado e da leitura que se faz do tempo presente. É no processo de rememoração que o sujeito simboliza e classifica o mundo.

As histórias de vida de pessoas que foram perseguidas pela repressão, seja na forma do exílio, da clandestinidade, da prisão ou tortura, são histórias que nos levam a refletir sobre a importância de lembrar e externar as dores às quais os militantes e as militantes foram submetidos, sejam elas físicas ou psicológicas. As mulheres que aqui se dispuseram a falar sobre suas experiências reverberam muitas vozes que foram silenciadas ao longo dos anos. Essa vontade de memória não segue uma narrativa linear,

imiscuída de um tempo pessoal; as lembranças afloram acontecimentos coletivos, e elas reconstituem suas identidades dentro de um espectro de subjetividades em que a verdade do testemunho presentifica, no campo da história, o direito ao registro e à interpretação historiográfica. Portanto, compartilhar as lembranças dessas mulheres, nos seus atos de fala, é reverberar um não silêncio sobre seus anseios políticos, é perceber as fissuras da democracia brasileira, no que tange aos inúmeros significados que suas inserções no campo da luta política pela restauração de um país livre representaram, representam e poderão vir a representar.

Tanto a análise da historiografia da ditadura militar quanto a análise do testemunho dessas mulheres colocam suas impressões no fluir do tempo, no qual suas experiências articulam um processo pessoal em íntima relação com o tempo e o espaço social os quais, nas diferentes temporalidades, revelam a permanência de uma crença na força política do seu engajamento político na luta pela democracia. No entrecruzamento entre o passado e o presente, as narrativas deixam entrever a necessidade de ressignificação do passado; não uma ressignificação de lamento e vitimização, mas com o intuito de se estabelecer um lugar de fala na esfera pública para as pessoas que tiveram seus corpos subjugados às dores e traumas, em que foram subtraídas suas liberdades e suas subjetividades, como na ditadura brasileira.

Nessa ordem de pensamento, entende-se aqui que a história oral permite o ir e vir desses discursos na forma de memórias, e esse movimento incessante do lembrar permite ao historiador o contar e o recontar do passado, urdir tramas em uma realidade na qual ensejam ressignificações de representações que revelam como se organizou um ideal de democracia em um contexto de ditadura, sob a perspectiva do vivido, das experiências dos sujeitos históricos inseridos nas diversas instituições, tais como família, partidos políticos, organizações clandestinas de esquerda e outras.

A partir, portanto, da experiência narrada pelos discursos das mulheres inseridas nas diversas instituições que organizavam os processos de resistência ao regime ditatorial, acredita-se ser possível entender, nas dobras dos discursos, como as suas expectativas de presente reconfiguram as interpretações de suas experiências após a supressão da democracia a partir de 1964. Não se pode negar que o golpe militar foi um evento que transfigurou o espaço de experiências e o horizonte de expectativa construídos pelos movimentos

conservadores, de esquerda, estudantis, sociais, artísticos, enfim, para toda uma parcela significativa da sociedade brasileira¹.

A relação entre democracia e direitos humanos: possibilidades para se pensar as resistências na ditadura militar

No contexto brasileiro, ao se estudar os militantes de esquerda em organizações armadas ou clandestinas durante a ditadura militar, verifica-se um quadro social que revela que, por um lado, os conservadores apoiaram o golpe com a esperança de serem inseridos nas instâncias de poder do estado e serem conduzidos a posições de decisões no campo da política. Por outro, os movimentos ligados à esquerda optaram por processos de lutas em forma de organizações que abrangiam a organização de protestos no campo da arte, organização de ações estudantis, organização de movimento operário, organização da luta armada em forma de guerrilhas urbana e rural, tudo com vistas à luta pela instauração de uma nova democracia.

Nesse sentido, é importante destacar um senso comum muito difundido perante a sociedade brasileira, que relaciona os movimentos de esquerda do período com a instalação de ditaduras comunistas. Essas análises apressadas deixam de considerar a pluralidade dos grupos de esquerda e, principalmente, sua forma de ver e definir o que era democracia.

Conforme aponta Denise Rollemberg:

A luta das esquerdas revolucionárias nos anos 1960 e 1970 pelo fim da ditadura não visava a restaurar a realidade do período anterior a 1964. Embora

¹ Espaço de experiências e horizonte de expectativas são duas categorias com as quais Koselleck tematiza o tempo histórico. Para o autor essas duas categorias são a base para as pesquisas empíricas no campo da história. Por meio delas é possível pensar as dimensões do espaço e do tempo histórico. É a partir do horizonte de expectativas e do espaço de experiências que o sujeito organiza o mundo, de forma a significar suas experiências. Para Koselleck a experiência “é um passado presente, cujos acontecimentos foram incorporados e podem ser recordados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional, como os modos inconscientes do comportamento que não devem, ou não deveriam ainda estar presentes no saber” (KOSELLECK, 1993. p. 128). Já a expectativa, “se efetua no hoje, é futuro feito presente, aponta ao [...] não experimentado, ao que só se pode descobrir. Esperança e temor, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade formam parte da expectativa e a constituem” (KOSELLECK, 1993. p. 128)

buscasse se legitimar na defesa da Democracia, estava comprometida sim com a construção de um futuro radicalmente novo, no qual o sentido da Democracia era outro (2003, p.45).

O fato dos grupos armados e outros grupos de esquerda não apoiarem a democracia liberal-burguesa pré-golpe de 1964 não pode colocá-los como apoiadores de ditaduras. Como afirma a historiadora, o sentido de democracia era outro. Assim, trata-se de um pensamento generalizante e equivocado afirmar que a democracia não seria um valor para esses grupos. Esses fatos serão analisados nas entrevistas realizadas. A referência à democracia fundamenta a legitimação dos direitos humanos e, ainda que o conceito possua diversos matizes, de um modo geral, a democracia evoca um valor positivo; segundo Jacques Rancière (1996, p.99), a democracia cria um “estado idílico da política”. Para Reinhart Koselleck (1992), a democracia acabou por se converter em um conceito geral de ordem superior que desqualifica a legitimidade de regimes identificados como autoritários.

A imposição da democracia como forma de legitimação política deriva direta, ou indiretamente, das revoluções de cunho político do final do século XVIII, dentre essas há que se destacar a francesa e a americana. A partir do século XIX, emerge a ideia do povo como única fonte de legitimação do poder político e, nessa perspectiva, a democracia se associa à ideia da força popular para legitimação dos governos. Portanto, a democracia teria se transformado em uma espécie de legitimação do poder político que se difundiu pelo mundo. Essa fundamentação do poder político possui uma posição de centralidade, principalmente quando se pensa em democracia relacionada à democracia liberal, porém é preciso salientar que há atualmente uma historiografia significativa que reconhece formas de práticas e de organizações militantes que não coadunam com as perspectivas das democracias liberais.

É preciso uma perspectiva crítica quando se aplica o conceito vinculado à análise de eventos na ditadura militar no que tange à atuação dos movimentos de esquerda, seja ele armado ou não, embora não seja objetivo do trabalho discorrer sobre a polissemia do conceito de democracia, o qual carrega uma pluralidade de significados distintos na contemporaneidade. É preciso nos atentarmos aos limites do significado da palavra quando usada pelo estado autoritário e quando usada pelos movimentos de resistência. Por parte do estado, havia uma perspectiva de conciliar o governo da ordem e do progresso, era preciso livrar o

Brasil do perigo de uma ditadura comunista a partir de uma política na qual estava impressa as marcas de uma modernização autoritária e excludente em que se tornava efetiva a defesa da ordem proprietária e do livre comércio. Já a esquerda, de inspiração marxista, criticava o estado autoritário se utilizando de diferentes formas de resistência, indo desde planos de organização pacífica à luta armada. Nesse exercício da crítica, muitos setores da esquerda negaram a democracia liberal e propuseram substituir aquele modelo experimentado entre os anos de 1945 a 1964 por uma democracia radical, na qual propunham-se a liberdade e a igualdade para além das instituições sociais, jurídicas e políticas, e onde, por fim, a democracia estaria posta na própria vida material e na experiência sensível.

Algumas pesquisas sustentam que o valor democracia, como colocado por tais grupos, trazem uma representação popular muito mais forte e ampla do que a anterior a 1964. A representatividade nessa democracia estaria intrinsecamente relacionada a um direito humano de ser ouvido, de ter voz, de votar em representantes e medidas governamentais diretamente relacionadas ao seu modo de vida, de diminuir ao máximo a representação indireta, que diminuem a atuação direta do cidadão nas esferas de decisão e de poder. A representação indireta acabaria transformando a categoria político em profissão, com privilégios relacionados aos seus cargos, salários, aposentadorias específicas, além de uma infraestrutura utilizada em sua própria conveniência ou de seu grupo, em cúpulas de decisão e representação de seus próprios grupos e não da população propriamente dita.

Para este estudo, utilizaremos a definição estabelecida por Benevides (2008, p. 145) de democracia como direito humano.

Partimos da premissa de que existe uma associação essencial entre Direitos Humanos e Democracia, esta entendida como o regime político da soberania popular e do respeito integral aos Direitos Humanos, o que inclui reconhecimento, proteção e promoção. Esta breve definição tem a vantagem de agregar Democracia política e Democracia social. Em outros termos, reúne os pilares da “Democracia dos antigos”, ou Democracia política – tão bem explicitada por Benjamin Constant e Hannah Arendt, quando a definem como a liberdade para a participação na vida pública – e a Democracia moderna, embasada no ideal republicano, nos valores do liberalismo político e da Democracia social. Ou seja, reúne as exigências da cidadania

plena, a única que engloba as liberdades civis e a participação política, ao mesmo tempo em que reivindica a igualdade e a prática da solidariedade, a partir da exigência dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, para todos nós, viventes, e para as gerações futuras. Direitos dos humanos de hoje, direitos de toda a humanidade.

Tais conceitos enfatizam a participação direta da população na política, determinando práticas de igualdade e liberdade de participação política na vida pública. Faz com que, cotidianamente, os cidadãos participem sem medo, sem a necessidade de uma representação indireta para exigir a aplicação dos diversos direitos garantidos em constituições e convenções internacionais.

Para Dalmo Dallari (1998), os direitos humanos devem ser garantidos ao sujeito desde o nascimento, uma vez que é partir do acesso aos direitos fundamentais que nos tornamos úteis à humanidade. Segundo o jurista,

esse conjunto de condições e possibilidades associa as características naturais dos seres humanos, a capacidade natural de cada pessoa e os meios de que a pessoa pode valer-se como resultado da organização social. É a esse conjunto que se dá o nome de Direitos Humanos (DALLARI, 1998, p. 7).

Essa perspectiva se aproxima da aceção dada por Benevides Soares (2004, p. 43) quando ela afirma que:

Direitos humanos são aqueles direitos fundamentais, a partir do núcleo fundador do direito à vida, que decorrem do reconhecimento da dignidade de todo ser humano, sem nenhuma distinção, e que, hoje, fazem parte da consciência moral e política da humanidade. Em sua noção contemporânea, são herdeiros do iluminismo e dos mais generosos ideais do liberalismo político e das revoluções do século 18.

Nessa ordem de pensamento, direitos humanos se constituem como os direitos fundamentais para a vida. Benevides (2008), ao discutir os direitos humanos a partir da experiência histórica, traz à tona o debate sobre os direitos à cidadania. O direito à cidadania na era moderna, segundo a autora, está no âmbito dos direitos individuais, políticos, sociais, econômicos e culturais. Quando esses direitos encontram seu reconhecimento, pode-se afirmar a existência da cidadania democrática,

na medida em que se pressupõe a participação dos sujeitos nos processos decisórios da esfera pública. Assim, a cidadania pode ser definida como um conjunto de direitos, inclusive os direitos humanos fundamentais que permitem ao cidadão participar da vida pública no que tange à administração das instituições nos âmbitos da política, da economia, da cultura, etc. Pode-se afirmar que a cidadania é condição *sine qua non* para que as pessoas vinculadas à ordem jurídica de um estado tenham garantida a participação nas atividades sociais. Ou seja, possam viver democraticamente no sentido de lhes ser permitido expressarem suas opiniões e vontades. Nessa perspectiva, direitos humanos e democracia são indissociáveis, na medida em que, a democracia não pode ser um valor com fim em si mesma.

A Democracia não é valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem, compreende-se que a historicidade destes a envolva na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo a cada etapa do evoluir social, mantido sempre o princípio básico de que ela revela um regime político em que o poder repousa na vontade do povo. Sob esse aspecto, a Democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história (SILVA 2006, p. 89).

Assim, o estado democrático de direito pressupõe os direitos humanos como parte constitutiva de sua estrutura, pois, como afirma Benevides Soares (2004, p. 44), “quando falamos em cidadania democrática, automaticamente supomos a vigência dos Direitos Humanos; não há Democracia sem garantia dos Direitos Humanos e vice-versa”.

Os relatos aqui selecionados revelam que militantes foram trabalhar de forma clandestina em fábricas e indústrias para se integrar ao movimento operário; outros nos apresentam mulheres que abandonaram a segurança de suas famílias e foram construir a resistência ao estado ditatorial na luta armada. Pesquisas demonstram que a ação popular, inclusive, determinou que suas militantes e seus militantes trabalhassem como operários para esse fim, com o objetivo de promover a “transformação ideológica” e estabelecer um “verdadeiro partido do proletariado” (LIMA; ARANTES, 1984, p. 110).

Verifica-se nisso um estreitamento com a questão popular, do modo de vida dos trabalhadores, de seu cotidiano. Uma forma de seus militantes se inteirarem das reais lutas diárias desses operários para enfim saber de forma democrática como pensavam e como deveriam agir os movimentos de oposição. O intuito era trazer tais trabalhadores para o debate de questões políticas, ampliando o espectro democrático e de participação popular.

Nesse contexto, a presença das mulheres na luta armada ou mesmo na militância política, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representava uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio às mulheres. As militantes de esquerda negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, comportando-se como homens, pegando em armas e tendo êxito neste comportamento, transformando-se em um instrumento *sui generis* de emancipação, na medida em que a igualdade com os homens é reconhecida, pelo menos retoricamente (SARTI, 2001).

A mulher que lutou no espaço público contra o regime militar é considerada uma mãe que saiu do seu lugar destinado, a esfera do privado, para lutar pela comunização do país. Nessa luta, muitas negaram a família e o domínio masculino na constituição dos papéis determinados previamente a elas, por essas instituições no âmbito do privado e do público, de boas esposas e donas de casa recatadas.

Essa mulher que luta por mudanças ou contra o governo é desviante, pois sai de seu lar para comunizar o país. Como o comunismo prega a não hierarquia entre homens e mulheres, estariam lutando para sair definitivamente do espaço a elas destinado, o privado. Sendo assim, trata-se de uma mulher destruidora de lares; além de subversiva, ela era uma “puta comunista”, na visão do regime (COLLING, 1996, p. 84).

Dessa forma, faz-se necessário analisar como essas mulheres lidavam com essas instituições heteronormativas e como a possibilidade de lutar contra o regime era uma forma de recusar papéis sociais previamente determinados em suas vidas. Pois, segundo Bourdieu (1989), as instituições são responsáveis por constituírem os gostos culturais dos sujeitos. Para o autor, a formação dos indivíduos não se dissocia das relações de força que alicerçam as instituições responsáveis pelos aprendizados e, conseqüentemente, pelas formas de comportamentos social e individual. As instituições produzem esquemas

que se expressam nas práticas sociais e criam as representações que conferem sentido ao mundo. São esses sentidos que possibilitam ao historiador, a partir do tempo e do espaço, analisar como os sujeitos se representam, e como essa representação interage com o mundo; conforme nos ensina Chartier (1990), as representações revelam as práticas socioculturais de uma sociedade.

Cabe aqui salientar que, nesse período do golpe militar, a existência da mulher é pautada em um discurso que prima por sua exclusão da esfera pública. Ao reivindicar um lugar de fala no processo de luta pelo estado democrático de direito, contra o estado ditatorial, as mulheres aqui entrevistadas ameaçaram a autoridade do esquema da hierarquia de gêneros imposta na sociedade brasileira, na medida em que elas ousaram não se submeterem aos conceitos do discurso masculino.

Assim, ao se considerar as representações dos sujeitos do gênero feminino nas narrativas analisadas, é possível perceber que as militantes de esquerda aqui entrevistadas recusaram as normas culturais de uma sociedade sexista à qual estavam subsumidas. Ao ler os seus depoimentos, verifica-se que as práticas representativas, na urdidura das suas falas, ressignificam o que era, no tempo passado, e o que é ser mulher nos tempos de hoje, a partir dos referentes culturais nesses contextos tão diversos no que se refere à percepção de pertencimento ao gênero feminino. A categoria gênero, mais do que definir um corpo previamente sexuado com natureza de essencialidade, é uma categoria que carrega uma historicidade inserida em diversas temporalidades e culturas, portanto, não se configura como um elemento biológico. Butler (2015, p. 21) pontua:

[se] o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, é porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

O ano de 1964 marcou profundamente as percepções do que era ser mulher. Inseridas nesse tempo e espaço, as narradoras não ficaram imunes a esse contexto; ao assumirem a luta política em prol da redemocratização, contra o cerceamento dos direitos políticos

e sociais, se tornaram subversivas, mas também vivenciaram outras identidades na organização do processo de resistência política de contestação ao regime instaurado.

Mulheres militantes: trajetórias políticas, democracia e direitos humanos

Marina, Joana, Matilde e Fernanda² têm em comum o fato de terem origem na classe média e de terem militado em organizações de esquerda de resistência à ditadura. Essas mulheres, ao ficarem clandestinas devido a essa militância, acabaram por trabalhar como operárias durante boa parte da ditadura militar, ou por se engajar na luta armada. Matilde, uma jovem estudante do Colégio Liceu de Goiânia, filha de um coletor de impostos, exerceu grande parte de sua militância na organização Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR PALMARES). Marina era ligada ao PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), participando de uma militância ativa contra a ditadura. Joana, oriunda de uma família classe média estava fazendo faculdade quando aconteceu o golpe de 1964 e Fernanda, originária de uma família de pai comunista e mãe proveniente de uma classe média goiana, que sonhava ver a filha se tornar pianista, assim como Matilde, estudava no Liceu de Goiânia.³

Ao analisar as trajetórias de vida dessas mulheres durante a ditadura militar, é possível traçar um perfil das militantes, no qual se depreendem as semelhanças entre as famílias – todas de classe média, com empregos e rendas que poderiam garantir a estas mulheres uma vida sem privações e com possibilidades de inserção nas redes sociais burguesas de suas cidades – e como a ditadura e a resistência a ela moldaram suas vidas.⁴

Ao se ler os depoimentos dessas militantes, percebe-se que a luta política era algo que comportava debates e discussões no espaço da família, ou seja, o desejo de intervir na política e transformar as instituições já vinha de casa.

² Os nomes das entrevistadas foram substituídos por pseudônimos, com o intuito de se preservar suas identidades.

³ Os nomes das entrevistadas foram substituídos por pseudônimos, com o intuito de se preservar suas identidades.

⁴ A pesquisa está vinculada há um grupo de pesquisa registrado no CNPq. (Laboratório de Pesquisa em História e Historiografia do Brasil. Disponível em: http://dgp.cnpq.br/dgp/faces/consulta/consulta_parametrizada.jsf. Acesso em: 18 fev. 2019).

Olha, meu pai era político, a gente vivia muito perto do que estava acontecendo em termos de luta política no Brasil, eu tinha um primo que tinha sido preso em 64, ele era comunista, e meu irmão também começou a lutar contra a Ditadura logo cedo e eu sofri a influência dessas pessoas e me conscientizei e comecei a participar da luta contra a Ditadura, pela Democracia e pelo socialismo, logo cedo⁵ (Marina, informação verbal).

Aí a maioria dos pais deixavam, né? Não teve nenhuma que falou: não, vai embora! Todos que eu conheci, todos fazem a... depois que você conversa sério mesmo, que aí você já tá decidida né... o que você quer⁶ (Matilde, informação verbal).

Olha meu pai.. ele, meus pais era da igreja presbiteriana né e... só que meu pai a uma certa altura ele saiu da igreja e virou comunista (risos)... quer dizer, e minha mãe continuou presbiteriana, então pra minha mãe foi um choque assim no casamento. Eles continuaram juntos depois mas, eu soube que na minha casa ficou escondido uma pessoa no quatinho do fundo e a gente não sacou a gente que era criança antes de entrar em tudo isso e depois que eu soube que ficou a pessoa escondida lá e ele foi embora, acho que foi até pra Rússia, perseguido e ele não tava em nenhuma dessas organizações, foi antes disso... partidão, entendeu? É e aí, quando eu decidi minha mãe ficou super abalada que pra ela era esse o papel dela e meu pai começou a fazer sabatina comigo entendeu? O que que é comunismo, porque que você quer ir embora, sabe⁷ (Fernanda, informação verbal).

As pessoas discutiam muito política na, pelo menos aqui no Rio, e era muito fácil uma pessoa jovem se envolver nessa tentativa de mudança né, o país era um outro país, nós éramos altamente privilegiados por estarmos na universidade, era uma porcentagem mínima de pessoas que chegavam à Universidade⁸ (Joana, informação verbal).

⁵ Informação verbal A entrevista com Marina ocorreu colhida pelos autores e seus orientados de PIBIC, no dia 03 de fevereiro de 2016, em sua residência. Iniciada às 16h e finalizada às 18h.

⁶ A entrevista Informação verbal colhida de Matilde pelos autores e seus orientados ocorreu no dia 04 de fevereiro de 2016, em sua residência. Iniciada às 15h e finalizada às 18h.

⁷ A entrevista com Informação verbal colhida de Fernanda ocorreu pelos autores e seus orientados no dia 09 de abril de 2016 em sua residência. Iniciada às 14h e finalizada às 18h.

⁸ Informação verbal colhida de entrevista com Joana pelos autores e seus orientados ocorreu no dia 03 de fevereiro de 2016 na residência de Marina. Iniciada às 16h e finalizada às 18h.

Na ebulição do que acontecia nessa época, dentro de casa o espaço era livre para o debate, especialmente quando o assunto era política. Nas falas das narradoras verifica-se uma alteração do significado de formação da mulher; elas, de alguma forma, acessavam o mundo político masculino proibido às mulheres, o que contrapunha a função institucional no que diz respeito à família no processo de construção do lugar da mulher (ALMEIDA; WEIS, 1998).

Pode-se perceber, na fala da militante Marina, que em momento algum é mencionada a luta pela ditadura do proletariado, alguma comparação entre o que lutava e o que acontecia em países comunistas que viviam sob governos ditatoriais. Deixa muito claro que sua luta era pela democracia como forma de acesso à cidadania como um direito, contra a ditadura e pelo socialismo.

Por causa da militância iniciada em Brasília, Marina teve que fugir para São Paulo e tinha certeza de que, para atingir seus objetivos na militância, o caminho era trabalhar com a classe operária em São Paulo, experiência essa que a fez entrar para a clandestinidade, visto ser procurada pela polícia de Brasília.

Quando eu fui pra São Paulo, fugindo da polícia de Brasília, eu ainda fiquei com meu nome algum tempo e quando alguns companheiros começaram a ser presos e me conheciam, eu tive que trocar de nome. Já tinha trabalhado na FGV até, tinham ido lá me procurar. Pra eu conseguir trabalhar em São Paulo eu tinha que mudar de nome. E eu fui pra São Paulo mesmo querendo trabalhar em fábrica, eu queria que o proletariado assumisse seu papel e eu estaria lá pra ajudá-los a fazer isso. E quando eu mudei de nome que eu fui trabalhar em fábrica. (Marina, informação verbal).

Para o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), o trabalho na fábrica era fundamental para conscientizar a classe trabalhadora sobre a exploração, a ditadura e o capitalismo, pois a revolução nasceria dessa classe. Conforme afirma RIDENTI, para o PORT:

Caberia ao proletariado conduzir as tarefas da Revolução democrática, no mesmo processo em que se faria a Revolução socialista; a articulação internacional do capitalismo também daria aos países atrasados um papel chave para a ruptura revolucionária mundial, para além dos limites nacionais (RIDENTI, 1997, p. 94).

Participando de um partido com tais ideias, trabalhar como operária era mais do que uma consequência: era imperioso, pois por meio da luta operária seria possível viver a democracia, mas não a democracia liberal nos moldes daquela experienciada nos anos anteriores ao golpe militar. Longe de ser consensual, o conceito de democracia perpassou todos os movimentos ocorridos durante o século XX. O próprio governo repressivo considerava que democracia era o modelo liberal, em que predominava o livre comércio, o livre mercado. Na concepção do governo militar brasileiro, nós tínhamos uma democracia, embora o estado tivesse um caráter fortemente regulador nas relações de comércio, o que contrapõe o sentido do modelo liberal. Para os militares, as verdadeiras ditaduras eram os sistemas de governo vivenciados nos países comunistas (FIGUEIREDO, 1998).

Para o PORT, somente na vida operária seus militantes e suas militantes poderiam tanto ter a vivência de proletário – especialmente para aquelas que, como as entrevistadas, eram de classe média – quanto para poder conscientizar as massas operárias da necessidade da democracia. Por isso, Marina trabalhou em algumas fábricas de São Paulo, sempre como clandestina. Seu objetivo era conscientizar o proletariado:

Meu objetivo era conscientizar, agora, o pessoal da minha fábrica, embora eu tivesse tido uma experiência muito legal no SENAI, que a gente fez movimento pelo papel higiênico, o pessoal que não tinha vínculo empregatício e era mais livre pra brigar, eu pensava que na fábrica eu ia encontrar um ambiente favorável também. Algumas lutas. E não consegui. Eu conseguia conversar com uma menina ou outra, mas a Ditadura era uma coisa muito “assolante”, a gente quando tinha Sete de Setembro, era um pessoal muito ufanista pelo Brasil. As meninas todas de fitinha verde e amarela...⁹ (Marina, informação verbal).

Marina confecciona e expõe em sua rede de memórias um discurso no qual transparecem exemplos de ações no passado, mas que revelam uma reflexão do presente, pois “a Ditadura era uma coisa muito ‘assolante’, a gente quando tinha Sete de Setembro, era um pessoal muito ufanista pelo Brasil”¹⁰.

⁹ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

¹⁰ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

Nos longos momentos de silêncio, durante a entrevista, em sua voz é possível perceber uma atitude reflexiva, quando ela enfatiza o aspecto ditatorial do regime e menciona, efetivamente, o controle autoritário desse regime sobre vários aspectos da vida, o que era muito diferente da democracia liberal.

Que nós vivíamos num regime bem... era Ditadura mesmo, nós não podíamos nos reunir, 10 pessoas aqui, se tivesse ali numa esquina você era preso, chegava a polícia falando: uai o que vocês tão fazendo? Então era muito duro, a gente não podia conversar nada, não podia conversar, não podia passear, não podia nada, não podia ir ao cinema, tudo... tudo era controlado, era censurado, censura mesmo. Essa liberdade que vocês têm hoje... Nossa!¹¹ (Matilde, informação verbal).

A vigilância era severa contra os estudantes e operários. Não era possível exercer direitos fundamentais de reunião, de expressão, esses direitos civis que foram extirpados pela Ditadura militar, juntamente com um estado policialesco montado para reprimir qualquer forma de dissenso ou debate político entre jovens e estudantes.

No que eu acreditava... A gente tinha um contexto de vitórias, a gente tava vendo os Estados Unidos apanhar dos vietcongues, a gente estava vendo Cuba dando certo, a China aparecia com muita força, tinha a União Soviética, que naquele tempo a gente só sabia das vitórias econômicas e tecnológicas. Nesse contexto, a gente pensava que estava em uma onda positiva em que o Brasil ia fazer uma revolução, sabe, tem até o livro do Daniel Aarão Reis que falava: “A revolução faltou no encontro”, mas nós tínhamos certeza que a gente ia fazer a revolução, ela realmente faltou no encontro, a gente acreditava piamente que a gente ia tomar o poder. A classe operária ia tomar o poder. Que mais?¹² (Marina, informação verbal).

Sobre o medo: o medo era constante, mas tinha também o otimismo de que não ia acontecer com a gente. Eu nunca tinha a certeza de que ia ser presa. Eu sempre achava que não ia. Mas a gente vivia em

¹¹ Informação verbal de Matilde colhida pelos autores e seus orientados no dia 4 de fevereiro de 2016.

¹² Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

estado de medo. Por muitos anos, tanto que a gente teve que assumir identidades falsas, pra viver¹³ (Joana, informação verbal).

As narrativas de Fernanda, Joana, Marina e Matilde provocam uma espécie de engendramento sobre os limites de lembrança, imaginação, história e realidade em que se estabelece o confronto entre as informações nas quais é possível aferir os conhecimentos postos nessas vozes, que reverberam uma qualificação de “assolante” para a ditadura. A crença na luta pela democracia não estava contida somente nos pátios das fábricas. Nessas estava estabelecida uma luta pela representação efetiva do trabalhador na política, por isso salienta-se que a democracia pensada pelos grupos de oposição estava muito mais relacionada a um direito humano, de saber o que estava acontecendo, de ter acesso às informações e pensar políticas públicas e lutas a serem travadas pelos próprios trabalhadores de forma efetivamente democrática; enfim, a democracia participativa insurge nas falas como um valor que orienta os processos de construção do Estado brasileiro. A fala de Marina, ao mencionar que tentava lutar por processos de democratização de uma forma coletiva em seu local de trabalho, demonstra que as ações eram desenvolvidas e orientadas por uma visão da democracia que contemplava a vigência e realização dos direitos humanos, no que tange a igualdade de gêneros e do acesso a liberdade, porém sem muito sucesso graças à pressão exercida pelos órgãos ditatoriais.

Eu acho que a gente era muito revolucionária pra uma postura feminina naquela época. A gente queria contestar aquelas profissões tradicionais das mulheres, eu queria fazer química ou engenharia, pra não entrar naquele negócio que a mulher tem um outro papel na sociedade. Também na postura, a gente não queria casar na igreja, ser “mulherzinha”, “princesinha”, aquela coisa toda. A gente negava completamente isso. Teve a Revolução sexual também, que a gente não teve que esperar o casamento para transar, todo mundo era livre. Tinha o Reich, que pregava a revolução sexual. Eu acho que as mulheres naquela época eram muito mais liberais do que são hoje. Acho que depois sofreram um certo retrocesso¹⁴ (Marina, informação verbal).

Nesse momento, os grupos de luta armada também se configuraram como alternativa de luta e possibilidade de democracia radical, onde tudo era discutido, inclusive o papel da mulher na política, conforme nos informam Matilde e Fernanda:

... nós era uma militância, nós era um apoio dos maiores que assim já entendiam o que queria fazer a jogada né?! Queria fazer até.. a revolução.. na verdade a gente queria fazer revolução como fez em Cuba, achava lindo aquilo e é... realmente foi uma revolução bonita... fica toda vida e fica uma ditadura também né e aí fica assim... mas queria fazer uma coisa assim... o sonho era esse né.. como até hoje né, um sonho de democracia...¹⁵ (Matilde, informação verbal).

Panfletagem, tinha jornais que a gente fazia, tinha ações, ações assim tipo, eu participei de duas, uma em Goiânia e uma Brasília, em Brasília a gente botou uma bomba no Citibank porque a gente tinha uma coisa muito forte com os Estados Unidos né?! Os Estados Unidos colaborou horrores com a Ditadura, eles foram terríveis, então a gente tinha que mostrar pra eles que, não eram bem vindos né, não ajudavam o país, pelo contrário, só tirava, só mamava né?.. Tinham as ações, os encontros, os estudos né? A gente pegava livro e fazia reuniões pra discutir aqueles livros né? A gente discutia o que fazer, como fazer, quem ia e quem não ia¹⁶ (Fernanda, informação verbal).

Nessas narrativas é possível subtrair um contexto vivido no âmbito de suas experiências. A revolução cubana vivida como um sonho, porém admite que fica uma ditadura, virou uma ditadura. Porém, é perceptível o enfoque de que o sonho era, e é até hoje, viver a democracia. A revolução era o exemplo do povo que se libertou do imperialismo, e não um exemplo de ditadura que se queria instalar. Percebe-se que sua fala é sempre permeada pelo discurso da necessidade da democracia. O passado que emerge nas dobras do tempo, dado a conhecer via memória, nos apresenta novos horizontes para pensar as possibilidades de narrativas historiográficas. As falas de Marina, Fernanda e Matilde retomam o passado sem perder de vista as perspectivas do presente. Os fios de memória

¹³ Informação verbal colhida de Joana pelos autores e seus orientados no dia 3 de fevereiro de 2016 na residência de Marina.

¹⁴ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

¹⁵ Informação verbal de Matilde colhida pelos autores e seus orientados no dia 4 de fevereiro de 2016.

¹⁶ Informação verbal colhida de Fernanda pelos autores e seus orientados no dia 9 de abril de 2016.

dão corpo às experiências, dotando-as de significados e tornando-as inteligíveis. Enfim, a história se realiza no plano social em que as narradoras inscrevem, por meio de suas vozes, outras interpretações para a perspectiva democrática surrupiada em um golpe militar. Elas percebem o contraste entre o antes e o depois do golpe, pois, segundo Joana, a própria sociedade estava vibrante em termos políticos entre 1963 e 1964:

Eu também, foi no secundário e início da faculdade, é difícil contextualizar hoje o que acontecia naquela época. Era uma época muito vibrante, as coisas, a discussão política, existia em vários níveis¹⁷ (Joana, informação verbal).

Sim, agente viveu o golpe, eu tinha dezessete anos quando teve o golpe. No golpe de 64 eu tinha 17 anos. E todo mundo sabia que esse golpe vinha pra ficar, que não ia acabar de uma hora pra outra, e de repente a gente que tinha muita liberdade, começou a ser cerceada¹⁸ (Joana, informação verbal).

A democracia da qual fala Joana, estabelecida desde 1946 e que durou até 1964, denominada como Experiência Liberal-Democrática por Jorge Ferreira (2013), tinha como características basilares a liberdade partidária, a possibilidade de organização de trabalhadores e, depois de um regime ditatorial como o Estado-Novo, plena liberdade de expressão. Mesmo sem o Partido Comunista Brasileiro (PCB) (CPDOC-FGV) e com alguma repressão aos trabalhadores, deve-se considerar que uma das características do regime democrático é a manutenção de direitos civis e políticos; portanto, com base nesses direitos, os cidadãos podem se expressar, se associar e reivindicarem o que lhes aprouver mais conveniente, pois “a gente tinha muita liberdade”¹⁹.

Porém, como menciona a Joana, a ditadura criou formas autoritárias para restringir aquele ambiente de ebulição, aquela liberdade, censurando tudo que não estivesse de acordo com o regime. A entrevistada foi filiada ao PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), formado por dissidentes do PCB que defendiam a luta armada como o único caminho para derrubar o regime militar instalado no Brasil em 1964

e implantar um governo popular revolucionário. O PCBR foi uma das principais organizações, entre as décadas de 1960 e 1970, que se dedicaram à guerrilha no País (ABREU, 2017). A luta de Joana também era a de conscientizar o proletariado.

Então, era isso que a gente pensava mesmo, que a vitória vinha e que não ia demorar muito. Era uma questão de a gente conscientizar o povo e que o povo viria atrás da gente, que nos considerávamos vanguarda. Que era questão da gente organizar o povo. Só. A gente não fazia análise que nossas forças eram infinitamente menores do que era o exército brasileiro, isso não entrava na nossa contabilidade²⁰ (Marina, informação verbal).

As narrativas aqui tecidas revelam que todas as entrevistadas tinham como ideal político revolucionário conscientizar o povo, colocando a si mesmas como herdeiras de uma verva da cultura crítica de esquerda surgida no governo Jango que debatia a implementação das reformas de base a partir da luta política de massas, bem como em seus discursos se percebe a crítica ao modelo de democracia liberal nos tempos em que lutaram contra a ditadura. Ao longo dos 21 anos do regime a vontade de resistir dessas mulheres foi marcada por ações e atitudes em busca de igualdade e liberdade, como ressalta Fernanda ao falar que “Então era viver de uma forma.. mais igualdade entre homem e mulher sabe?, nos exageros que eu peguei e assim, por exemplo, não ensinei o [filho] a me chamar de mãe”²¹.

A vontade revolucionária, baseada nas teorias marxistas, se manifesta nas narrativas das depoentes, que apresentam um caráter doutrinário transparecido nas suas vontades de intervenções políticas para além do espaço estudantil (secundarista ou universitário). Observa-se que as ideologias sobre o que seria a democracia comportavam, além de afinidades pragmáticas com os propósitos da pretensa revolução, identificações idealizadas construídas no meio de suas subjetividades em que as ideias de liberdade e democracia seriam encampadas pela sociedade brasileira a partir de uma massa proletária consciente. Nas palavras de Marina, o operário deveria ser tanto o protagonista quanto o destinatário da revolução, reiterando assim o compromisso com a representação direta reivindicatória, direito humano relacionada a

¹⁷ Informação verbal colhida de Joana pelos autores e seus orientados no dia 3 de fevereiro de 2016 na residência de Marina.

¹⁸ Informação verbal colhida de Joana pelos autores e seus orientados no dia 3 de fevereiro de 2016 na residência de Marina.

¹⁹ Informação verbal colhida de Joana pelos autores e seus orientados no dia 3 de fevereiro de 2016 na residência de Marina.

²⁰ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

²¹ Informação verbal colhida de Fernanda pelos autores e seus orientados no dia 9 de abril de 2016.

democracia que se queria implantar, para Fernanda a democracia perpassava também pela igualdade de gêneros.

Não se questiona a legitimidade de suas posições e suas vontades, pois dentro de seus pontos de vista consideravam que o povo estava sendo enganado pela propaganda governamental e que era sua missão conscientizá-lo. Porém, é perceptível que essas militantes de classe média queriam consertar o mundo conforme seus ensinamentos teóricos vindos da área acadêmica, da universidade, de seu partido operário, da sua condição de classe ou na luta armada, como se isso fosse suficiente para conquistar os trabalhadores para a causa da revolução. No percurso das suas ações, elas mesmas perceberam que não viviam na mesma realidade de suas colegas de trabalho, e que não seria tão fácil assim convencê-las do contrário daquilo que era apregoadado pela propaganda governamental.

O fato de as militantes considerarem os trabalhadores e trabalhadoras como algo que pode ser moldado, sem levar em conta as suas experiências, suas subjetividades e suas necessidades materiais dificultou o processo revolucionário proposto. A esperança de uma classe trabalhadora consciente de seu poder poderia estar nas ideias bem-intencionadas, porém custariam a ser colocadas em prática pelo operário e pela operária que sustentavam sua família, tinham filhos, tinham sonhos de casamento e uma complexa forma de pensar moldada pelo seu cotidiano em um país desigual nas dimensões materiais e imateriais e capitalista. Diante dessas condições, a democracia, nos moldes pensados pelas organizações de esquerda das quais faziam parte as militantes, não era uma necessidade premente para os trabalhadores e trabalhadoras das fábricas.

Nesse contexto, é importante refletir sobre como a esquerda revolucionária pensou a democracia em uma ótica diferenciada do que se diz sobre as organizações de esquerda, e não como se fossem instituições que objetivavam também a implantação de uma ditadura. Um exemplo é o PCBR, do qual Joana fazia parte, que apresentava uma visão revolucionária de passagem para o socialismo, com os métodos da luta armada, com a “Garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas as massas trabalhadoras e populares” (FARIA, 2008, p. 258).

Assim como Joana, Matilde percebia, como muitos dos jovens de seu tempo, ser possível uma vida diferente: “Mas isso, é o seguinte, era um ideal nosso, a juventude querendo mudar o mundo, e até hoje eu tenho vontade de mudar o mundo (risos) mudar

tudo”²², era a perspectiva de uma democracia radical; o sentido era viver a revolução em sua plenitude, em que o ideal sonhado se assemelhava à epopeia da revolução cubana. Segundo Marcos Napolitano,

Essa teoria tinha convencido parte dos militantes que um núcleo pequeno e abnegado de guerrilheiros conseguiria derrotar um exército bem armado e conquistar o poder de Estado. Iniciada a luta as massas viriam correndo apoiar a Revolução, pois a opressão do seu cotidiano era insuportável. Era assim que se pensava. A morte de Che Guevara na Bolívia não tinha sido lida como expressão do limite dessa estratégia, mas como complexo de heroísmo que inspiraria os mil Vietnãs sonhados para acabar com o imperialismo e com o capitalismo (NAPOLITANO, 2014, p. 123).

A luta, nesse caso, causaria uma mudança do modelo ditatorial, mas essa democracia também seria diferente do modelo anterior à 1964, uma forma em que não existiria a exploração do trabalhador e o cerceamento de suas liberdades, uma democracia com perspectivas de acesso à cidadania. A ditadura militar iria levar ao extremo a exploração capitalista, a ponto de as massas se exaurirem, pegarem em armas e fazerem a revolução. Para isso, era necessária a inserção na classe trabalhadora para conscientizá-la. Era difícil, especialmente se pensarmos que cada operária tinha subjetividades próprias, desejos e perspectivas futuras de vida que não coadunavam com as representações das militantes de esquerda sobre a classe trabalhadora e seus anseios. Essa consciência de classe, na qual o operário se perceberia como vanguarda revolucionária, não era uma realidade, como o exemplo exposto por Marina. Apesar de seus esforços, poucas das suas ideias convergiam com as de suas colegas de fábrica.

Eu consegui muito pouco, eu conseguia conversar individualmente, mas não fiz nenhum movimento na fábrica. Não consegui fazer. Conversava muito com as meninas porque era uma fábrica que tinha ainda uma característica ruim, porque era uma fábrica que pagava melhor, a grande maioria tava ali pra fazer enxoval, eram noivas sabe? Não era uma coisa pra vida toda, não era fazendo uma carreira, como seria um metalúrgico, uma coisa assim, não

²² Informação verbal de Matilde colhida pelos autores e seus orientados no dia 4 de fevereiro de 2016.

tinha muita seriedade, era frustrante, não consegui fazer nada²³ (Marina, informação verbal).

A propaganda incisiva da ditadura militar nos meios de comunicação foi bastante eficiente, capaz de formar uma geração de pessoas que acreditavam não dever se preocupar com política, dever seguir seu caminho dentro de suas vidas e que, escondendo e censurando boa parte das notícias de desagrado ao regime, faziam com que as pessoas pensassem que, como nunca antes, o Brasil estava vivendo um período de desenvolvimento e felicidade. Acrescida à propaganda, o regime ditatorial conseguiu uma recuperação importante da economia no que se refere à infraestrutura, poder de consumo das classes médias, enfim, benefícios de ordem material ressignificados por um conjunto de símbolos que se materializaram no imaginário brasileiro como “milagre econômico”. Segundo Bronislaw Baczko (1985), o imaginário é responsável por criar representações do mundo; ele permite ao sujeito, a partir de um conjunto de símbolos, conferir sentido a esse mundo. A instituição imaginária da sociedade estabelece as significações, determina o que possui sentido e o que não possui. Dessa maneira, os sentidos conferidos pela sociedade às suas experiências evidenciam a reflexão que ela faz de si mesma. A criação da imagem de um país que estava caminhando para o progresso com os bons ventos do desenvolvimento econômico criou um mundo de significações imaginárias sociais, no qual uma parcela significativa da sociedade brasileira outorgou legitimidade ao Estado ditatorial.

Com a redemocratização, as militantes se filiaram a partidos de esquerda e perceberam os movimentos Diretas Já e a Constituinte de 1988 como algo novo. Conforme menciona Marina:

É muito... de ter assistido o momento na minha vida, que eu não vivi 64, de muita mobilização. O Brasil inteiro era assim. As associações de bairro, a igreja tava muito atuante, com alfabetização, cursos pra saúde. Com as comunidades. A constituinte foi uma coisa linda. Eu tava fazendo faculdade na época, eu fui fazer pesquisa em uma escola. Os meninos discutiam cada ponto da constituição, os meninos aqui na escola pública, aqui em laranjeiras. De 14, 15 anos. Uma participação muito grande. Se você via as faixas que tavam ali na porta do congresso,

no dia da constituinte. Quando os deputados foram lá assumir. Era uma coisa linda, de mobilização por todos os lados. Agricultor. Todo tipo de trabalhador tava lá, exigindo um salário melhor. Uma coisa muito bonita. Nós temos uma constituição boa por causa disso²⁴ (Marina, informação verbal).

É interessante perceber a visão da militante sobre o processo constituinte e como isso vai ao encontro do que ela considera a democracia possível. Talvez não possuísse uma ideia plena do que seria a pós-revolução socialista, porém, ao se identificarem com “todo tipo de trabalhador” que “tava lá, exigindo um salário melhor”, a população efetivamente participando ou próxima ao local de participação onde a carta política iria ser realizada, demonstra que essa democracia participativa, embora não representasse na sua totalidade a democracia reivindicada no seu tempo de militante, não se configurava como algo antagônico aos seus ideais de democracia quando lutava pela revolução. Marina percebe que, no momento atual, podemos lutar e viver por essa democracia participativa, que já não é mais à democracia pretendida, mas a que foi possível ser conquistada.

Eu acredito que a humanidade não vai ficar assistindo o capitalismo depredar as condições de vida dela. Porque é isso que ele tá fazendo. E tem muitos movimentos se gestando aí, que a gente não sabe por que a mídia não divulga, que são movimentos novos. Com bastante participação, aquela coisa da democracia participativa que eu acho que no momento que as pessoas conseguirem se articular, eu acho que vai ser uma coisa diferente²⁵ (Marina, informação verbal).

Essa democracia se coloca com movimentos populares e ainda se torna, na sua concepção, uma forma de fugir do capitalismo predatório marcado pela desregulamentação da economia e do trabalho.

Eu sou socialista, eu acho que o capitalismo não consegue ser justo, nunca vai ser, só consegue fazer cada vez pior da gente sobreviver. Eu sou socialista. [...] A gente vai criar uma outra coisa. Uma outra forma de fazer economia. Uma outra forma de

²³ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

²⁴ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

²⁵ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

trabalhar. Diferente do capitalismo, eu acredito nisso²⁶ (Marina, informação verbal).

Esse socialismo se mostra como algo democrático, uma coisa nova, uma cultura política nova, algo que traz justiça social adequada às necessidades das pessoas, com a economia e o trabalho vistos de uma forma diferente de como é hoje, como uma garantia de um direito humano.

Porém, por vezes, a certeza da luta por uma democracia radical se confunde no discurso posto no presente, quando algumas retomam os princípios liberais, antes criticados quando rememoram suas experiências de militantes, isso fica latente na fala de Fernanda.

Foi muito bom sonhar (rindo), acreditar. Eu, por exemplo, me considero hoje uma pessoa pacifista é... eu assim conheço pouco, conheço “Daniel Benj” que virou um verde né um... sabe, acho que foi uma época de importante, acho que a luta foi uma luta importante, no filme do Chico Buarque ele fala uma coisa legal, você assistiu Chico Buarque? Ele fala que ele é dono de redação que ele teve que morar fora, que teve problemas com a censura, que ele foi censurado e tinha que mudar letras entendeu? Mas que ele hoje tava contente porque conseguiu a democracia e acho que de fato a gente conseguiu a democracia porque foi, foi terrível mas assim, por mais que pareça que a gente foi vencido, eu acho que somos vencedores também, sabe?²⁷ (Fernanda, informação verbal).

Em uma concepção mais otimista, Fernanda considera que, de qualquer forma, a democracia venceu e seus ideais se perpetraram pela sociedade.

Apesar de tudo, somos vencedores e aí o Chico Buarque fala assim: a gente queria democracia, a democracia tá instalada. E agora hoje ele tá defendendo a Democracia novamente. Hoje ninguém fala em luta armada porque é impossível mesmo, todo mundo tem consciência de que isso não é possível, a história mostrou pras pessoas de que não é possível e ele tá lutando pela democracia de outra forma (Fernanda, informação verbal).

A luta armada e as estratégias partidárias de resistência são parte de um passado ainda latente na memória e na vida dessas militantes. Elas entram como forma de comparação com a realidade atual. Para as militantes, a democracia é um valor e uma conquista que se faz no dia a dia lutando, mas, atualmente, não com a luta armada. A ideia partidária de vanguarda, diferente, que represente de forma efetiva o povo, não é dada por encerrada. Marina, ainda hoje, acredita na formação de um partido efetivamente popular, em uma “real democracia”.

Hoje a gente precisa criar um partido que tenha participação popular. Não existe esse partido no Brasil. A gente tem que criar outro tipo de democracia, porque essa democracia representativa tá muito falha. Talvez agora sem o financiamento de empresas melhore um pouco. Mas tá um horror. Só tem bandido lá, representando o Brasil só tem bandido lá. Tem exceções, mas a grande maioria é bandido, que vai lá tratar do seu bolso²⁸ (Marina, informação verbal).

As narradoras coadunam com o pensamento de Sacavino (2003, p. 37) quando esta define democracia como “uma categoria, um conceito, um valor, que forma parte de um discurso analítico, conceitual, teórico, que orienta os processos de construção política”. Dessa maneira, observa-se existir diferentes concepções sobre o que seja democracia. Segundo ela,

o que vivemos atualmente na América Latina e no Brasil são processos de democratização, com maior ou menor êxito, desenvolvidos e orientados por uma ou outra visão da Democracia, num marco também de ação e de vigência e realização dos Direitos Humanos (SACAVINO, 2003, p. 37).

Para as narradoras, a democracia vivenciada após a transição deveria restituir uma centralidade ao povo, haja vista a ditadura ter projetado nesse ator político um inimigo. É pertinente aos regimes democráticos ressignificar essa percepção no sentido de promover deslocamentos nos quais os sentidos políticos conferidos ao povo o tornem sujeito de sua história. Jorge Ferreira (2013, p. 153) nos ensina que:

²⁶ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

²⁷ Informação verbal colhida de Fernanda pelos autores e seus orientados no dia 9 de abril de 2016.

²⁸ Informação verbal de Marina colhida pelos autores e seus orientados, no dia 3 de fevereiro de 2016.

A Democracia não se encontra em lugar determinado no horizonte, tal qual o pote de ouro na ponta do arco-íris, mas resulta de demandas da própria sociedade, de seus conflitos e contradições, inventando e reinventando práticas e instituições democráticas. A Democracia é um processo marcado pela incompletude, avançando de acordo com as demandas dos cidadãos e dos grupos sociais que dela participam – e reivindicam.

Considerações finais

O ideal político de justiça social, honestidade e ética na política faz parte do modo de vida e da forma de pensar das narradoras que, embora reelaborem ao longo de suas vidas representações sobre democracia, não abandonaram a luta por um país livre e justo. Esse passado que se rememora não ocupa uma distância temporal longa, ainda influenciando politicamente o presente. Talvez por isso, quando falam de democracia nos anos ditatoriais, as falas dessas mulheres aqui ouvidas não se distanciaram das lutas políticas do agora pela democracia. Elas investem seus discursos de significados do presente no qual suas memórias percorrem dialogicamente urdindo e ressignificando conflitos de outrora e conflitos do presente. Suas interpretações revelam uma vontade de atuação em um passado presente que não passou.

Trabalhar com a memória é compreender a sua objetividade. A memória se constitui a partir de uma base material e de uma crença objetiva em alguma coisa, portanto quando ouvimos o testemunho de alguém, não estamos ouvindo um mero relato do passado. As memórias fazem política, elas podem ser escolhas conscientes, ou não, daquilo que deve ser revelado sobre o passado. Segundo Beatriz Sarlo (2007, p. 54), “o discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição da autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a ele um efeito reparador da subjetividade”.

As representações construídas sobre o passado, a partir da memória, têm como substrato, muitas vezes, a reafirmação ou o questionamento de estruturas políticas, portanto, quando se quer reconfigurar o passado, essas representações exigem cautela nos processos de interpretação por parte do pesquisador. Diante do exposto, é plausível questionar o testemunho, pois, na medida em que ele se apresenta como um dever moral no tempo presente, o processo de rememoração

pode interferir na elaboração das representações do passado. Não devemos negar a especificidade da fonte oral quando se pensa na representação do passado, porém é preciso estar atento que ela é apenas capaz de representar o passado. Não é possível acessar o passado tal qual ele aconteceu, por isso, quando trabalhamos com relatos orais recomenda-se ao historiador se atentar às recomendações de Chartier (1990, p. 24) quando ele afirma que “o testemunho da memória é o fiador da existência de um passado que foi e não é mais”. Nessa ordem de pensamento, trabalhar com a memória é compreender que um testemunho nada mais é do que a “utopia de um relato completo” (SARLO, 2007, p. 50). Quando falamos de memória, é preciso entendê-la como uma construção social inserida em um tempo e um espaço. Assim, a memória determina direta ou indiretamente o testemunho e, por conseguinte, como são produzidas as representações sociais sobre o contexto social.

Ao se organizar os fragmentos para tentar compreender as complexas relações entre os fatos nas vozes dessas mulheres que ousaram transgredir os papéis sociais a elas destinados previamente e que lutaram por um ideal de país livre na esfera pública, no mundo da ação política, percebe-se que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que é articulado de um modo narrativo, e a narrativa atinge seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 1994, p. 85). Assim, construir uma narrativa histórica em que se articulam silêncios, lembranças e esquecimentos na qual a experiência dos sujeitos esteja inserida no tempo é pressupor que o conhecimento histórico não se realiza sem a articulação do passado, presente e futuro. Dessa maneira, ao falarem em democracia, Marina, Fernanda, Joana e Matilde ressignificam questões socialmente vivas e referências de pertencimento em que práticas e representações sociais catalisam os dissensos da memória coletiva.

Percebe-se que os avanços obtidos e reconhecidos por essas mulheres ainda carregam tensões e conflitos, pois a participação feminina na construção da história nos apresenta uma trajetória cheia de entraves no exercício do empoderamento feminino, no espaço das lutas pela democracia. Ao se potencializar a atuação das mulheres, procuramos destacar, porém sem esquecer, que o maior desafio dos estados que se querem democráticos é garantir aos seus cidadãos o acesso aos direitos humanos.

As militantes negociam sentidos e redimensionam a esfera pública em diferentes faces do que denominam de governo democrático, diferente inclusive do

estabelecido antes de 1964 do que era a democracia. A democracia para elas pode ser percebida como algo mais relacionado a um direito humano, uma garantia de que o cidadão terá sua voz reverberada bem como participação efetiva nas decisões de poder, e na riqueza da nação. Tudo isso contrariando veementemente o discurso apresentado de que tais grupos não prezavam pela democracia. Cabe salientar que não existe apenas um conceito de democracia e, ainda, que esse não se restringe ao que é definido pelo liberalismo burguês. Portanto, desvelar as lógicas subjacentes à construção social e política do que seja a democracia é fazer revelar os valores que reforçam as mentalidades que constroem discursos que tem como corolários a desigualdade e a dominação pela linguagem.

Por fim, é preciso ressaltar que a democracia é uma construção plural, dos diversos membros da sociedade, e se faz no cotidiano com suas diferentes concepções de mundo.

Referências

- ALMEIDA, Maria Hermínia; WEIS, Luiz. Carro zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilian (org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4. p. 320-409.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Direitos Humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 43-65.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Democracia e direitos humanos – reflexões para os jovens. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares et al. (org.). **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2008. p. 25-42.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico Memória e sociedade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1996.
- DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998. p. 7-9.
- FARIA, Fabiano Godinho. **Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCB, ALN e PC do B (1964-1979)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. Disponível em: http://www.cedema.org/uploads/Godinho_Faria.pdf. Acesso em: 23 ago. 2017.
- FERREIRA, Jorge. A experiência liberal-democrática no Brasil (1946-1964: revisitando temas historiográficos. Presented at the 2013. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (coord.). **Historiografias portuguesa e brasileira no século XX: olhares cruzados**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013. p. 147-181.
- FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **Liberdade é uma calça velha azul e desbotada: publicidade, cultura de consumo e comportamento político no Brasil (1954-1964)**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Paidós, 1993.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.
- LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da Ação Popular**. Da JUC ao PC do B. São Paulo: AlfaOmega, 1984.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- PARTIDO Comunista Brasileiro. In: CPDOC-FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-comunista-brasileiro-revolucionario-pcbr>. Acesso em: 20 ago. 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1996.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994. v. 1.
- RIDENTI, Marcelo S. Ecos de Trotsky na esquerda armada brasileira, 1964-1974. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 2, p. 93-95, 1997.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil republicano – o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 43-91.
- SACAVINO, Suzana Beatriz. Educação em Direitos humanos e Democracia. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Suzana Beatriz (org.). **Educar em Direitos humanos: construir Democracia**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 59-66.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARTI, Cynthia. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, v. 16, p. 31-48, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100003&script=sci_arttext&tlng=em. Acesso em: 28 abr. 2009.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros: Martins Fontes, 2006.
- THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 51-71, 1997.


Recebido: 26 fevereiro 2018

Aceito: 14 agosto 2018


Publicado: 20 março 2019

Autores/Authors:

MATEUS GAMBA TORRES mateustorres@unb.br

- Bacharel em Direito – UFSC, Bacharel e Licenciado em História – UDESC, Mestre em História – UDESC, Doutor em História – UFRGS. Professor Adjunto II da Universidade Federal da Fronteira Sul, atualmente lotado e em exercício no Departamento de História da Universidade de Brasília. Desenvolve pesquisas relacionadas a história política e ditadura militar brasileira.
 <http://orcid.org/0000-0003-0823-500X>
- Bachelor in Law – UFSC, Bachelor and History Degree – UDESC, Master in History – UDESC, Doctor in History – UFRGS. Adjunct Professor II of the Federal University of Southern Frontier, currently full and in the Department of History of the University of Brasília. It develops research related to political history and Brazilian military dictatorship.
- Licenciatura en Derecho – UFSC, Licenciatura y Licenciado en Historia – UDESC, Maestro en Historia – UDESC, Doctor en Historia - UFRGS. Profesor Adjunto II de la Universidad Federal de la Frontera Sur, actualmente abarrotado y en ejercicio en el Departamento de Historia de la Universidad de Brasília. Desarrolla investigaciones relacionadas con la historia política y la dictadura militar brasileña.

ELOÍSA PEREIRA BARROSO eloisabarroso@unb.br

- Graduada em Letras pela Universidade de Brasília (1997), mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília (2004), Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008). Realizou doutorado sanduíche em Sociologia pela Freie Universität Berlin-Alemanha (2007). Professora adjunta IV da Universidade de Brasília do Departamento de História e cadastrada ao programa de Mestrado Profissional em Turismo do CET/UnB e ao Programa de Pós-Graduação em História da UnB.
 <http://orcid.org/0000-0002-6850-0234>
- Graduated in Letters from the University of Brasília (1997), Master in Sociology from the University of Brasília (2004), PhD in Sociology from the University of Brasília (2008). He holds a doctorate sandwich in Sociology from Freie Universität Berlin-Germany (2007). Adjunct Professor IV of the University of Brasília of the Department of History and enrolled in the Program of Professional Masters in Tourism of the CET/UnB and the Graduate Program in History of UnB.
- Licenciada en Letras por la Universidad de Brasília (1997), maestra en Sociología por la Universidad de Brasília (2004), Doctora en Sociología por la Universidad de Brasília (2008). Se realizó doctorado sándwich en Sociología por la Freie Universität Berlin-Alemanha (2007). Profesora adjunta IV de la Universidad de Brasília del Departamento de Historia y cadastrada al programa de Maestría Profesional en Turismo del CET/UnB y al Programa de Post Graduación en Historia de la UnB.